

DIPLOMAS RELEVANTES

PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

GABINETE
JURIDICO

5 de Setembro a 7 de Outubro de 2016

DESTAQUE

PORTARIA N.º 261/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 193/2016, SÉRIE I DE 2016-10-0775481490

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente

DECRETO-LEI N.º 63/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 176/2016, SÉRIE I DE 2016-09-13

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Cria o diploma de técnico superior profissional e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 53/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 182/2016, SÉRIE I DE 2016-09-21

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Código de Conduta do Governo

PORTARIA N.º 253/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 184/2016, SÉRIE I DE 2016-09-23

Mar

Estabelece os tipos de certificados profissionais, as condições para a sua emissão, a respetiva validade e os correspondentes modelos, no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2015, de 4 de março, relativa ao nível mínimo de formação de marítimos, e procede à regulamentação da aplicação das Emendas de Manila ao anexo à Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos de 1978 (Convenção STCW)

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 79-M/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 189/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2016-09-30

Presidência da República

Ratifica o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015

PORTARIA N.º 261/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 193/2016, SÉRIE I DE 2016-10-07

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO N.º 4/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 189/2016, SÉRIE I DE 2016-09-30/5436971

Supremo Tribunal Administrativo

Na ação administrativa de oposição à aquisição de nacionalidade portuguesa, a propor ao abrigo do disposto nos artigos 9.º, alínea a), e 10.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro [Lei da Nacionalidade] na redação que lhe foi introduzida pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, cabe ao Ministério Público o ónus de prova dos fundamentos da inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional